

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAMADO – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA/PROJETO/SERVIÇO/COMPRA/OBRA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**

DESCRIÇÃO	TOTAL DO PROJETO R\$
<b>Transporte Escolar Rota Intermunicipal (CIMOL) e Municipais</b>	<b>R\$ 1.736.366,53</b>
<b>EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA ANO</b>	<b>VALOR R\$</b>
<b>2025 (A)</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>2026</b>	<b>R\$ 1.736.366,53</b>
<b>2027</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>2028</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.736.366,53</b>
<b>REFERENCIA DESPESA - ANO 2025</b>	<b>SALDO DA DOTAÇÃO (B)</b>
<b>(ÓRGÃO/UNIDADE/FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/ATIVIDADE/FONTE)</b>	
07.04.0012.0782.0002. 3.33.90.32.00.00 – 15000502 (273)	<b>R\$ 0,00</b>
07.05.0012.0782.0002. 3.33.90.32.00.00 – 15000500 (282)	<b>R\$ 0,00</b>
<b>TOTAL (B)</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Impacto Orçamentário no Ano 2025 (B – A) =</b>	<b>-R\$ 1.736.366,53</b>
<b>DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA</b>	
- Declaro, para os fins dispostos no inciso II, do art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA/2025, é compatível com o Plano Plurianual – PPA 2022-2025 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e com o Decreto Municipal referente ao Cronograma Físico Financeiro.	
- Declaro, ainda, que:	
( ) a) a despesa será realizada integralmente no exercício presente, não havendo impacto orçamentário financeiro em qualquer dos exercícios subsequentes;	
( x ) b) a despesa aumentada, por ultrapassar o exercício financeiro presente, deverá consignada nas leis orçamentárias dos anos seguintes.	
Gramado, RS, 01/12/25	
<b>ASSESSOR DE DESPESA</b>	<b>ORDENADOR DE DESPESA</b>
<b>Cristiano Martins Torcato</b>	<b>Simone Tomazelli Andreis</b>
<b>Fundamentações:</b>	
<b>Lei 14.133/2021</b>	<b>Art 72, 105,106,109,145 e</b>
<b>Art. 150.</b> Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.	

